



1. Conjuntura Socioeconômica

1.1. Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do Estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do Estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2. Cenário Econômico Nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho e saneamento.

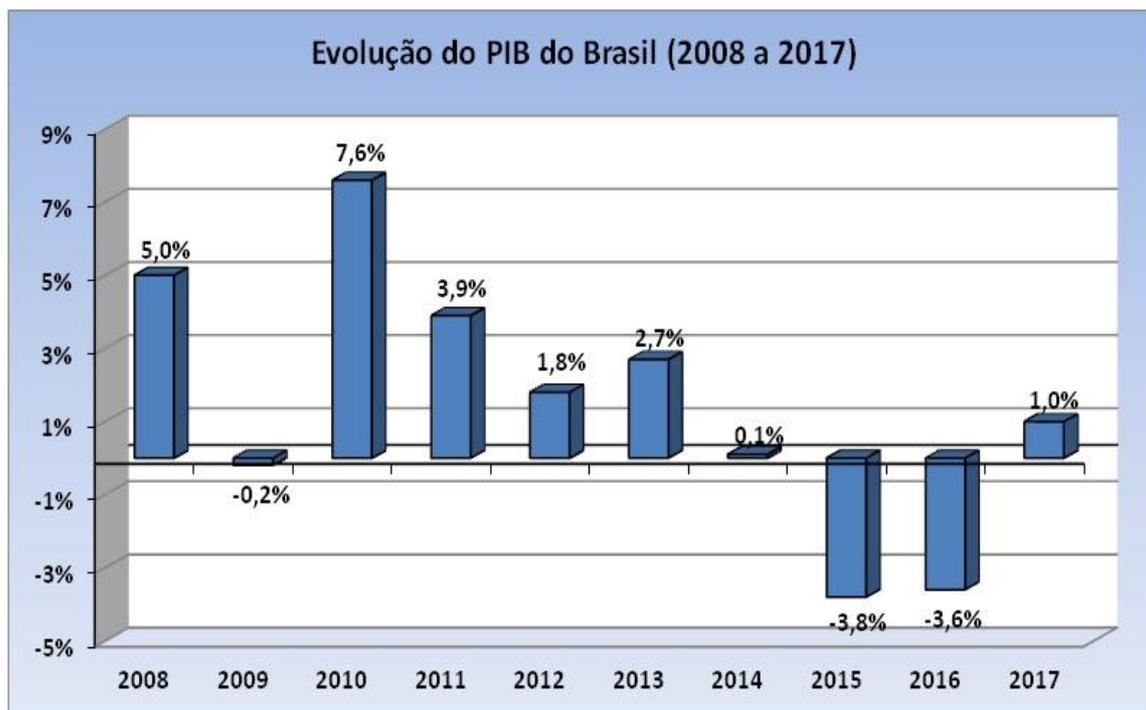
Produto Interno Bruto Nacional

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo. É o somatório dos valores gerados pelos três setores que compõem a economia – Agropecuária, Indústria e Serviços.

Segundo dados do IBGE, o PIB nacional em 2017 cresceu 1,0% em relação ao ano anterior. Em 2016, o referido PIB havia caído 3,6%. No acumulado do ano ele totalizou R\$ 6,6 trilhões em valores correntes. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 299,5 bilhões, a Indústria R\$ 1.212 bilhões e os Serviços R\$ 4.137,1 bilhões. Além do Valor Adicionado houve também R\$ 911,4 bilhões referentes aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Em decorrência deste crescimento, o PIB per capita alcançou R\$ 31.587 (em valores correntes) em 2017. O PIB per capita é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2008 e 2017.



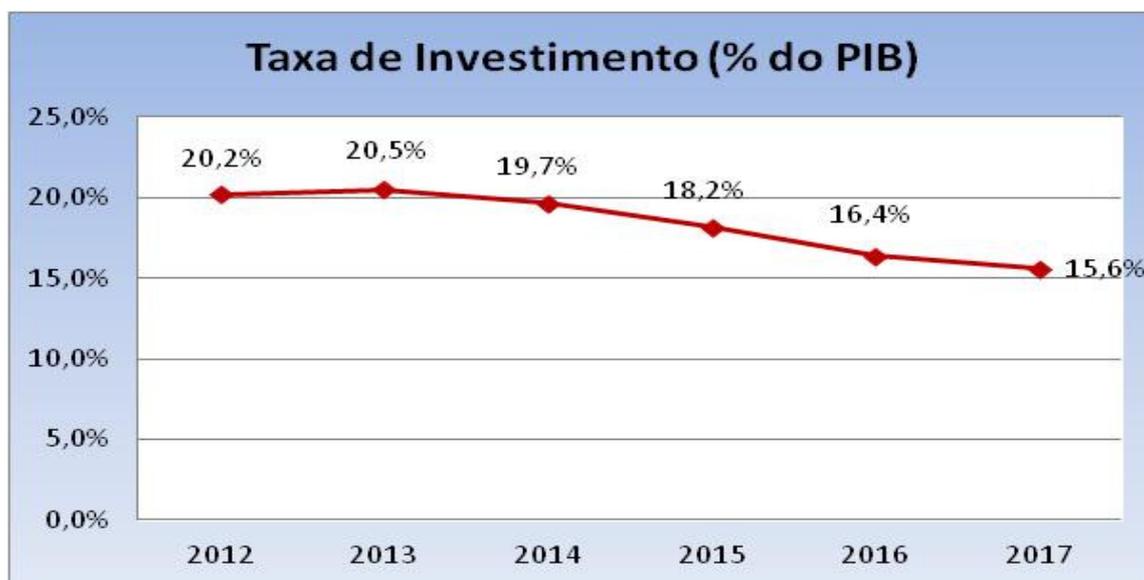
Fonte: IBGE

Segundo o IBGE, o crescimento do PIB em 2017 (aumento de 1% em relação a 2016) resultou da expansão de 0,9% do Valor Adicionado a preços básicos e da alta de 1,3% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O avanço dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 1,5% e de 7,9% do Imposto de Importação – acompanhando o crescimento das importações. Além disso, foi importante o aumento, em volume, de 4,1% do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) e de 0,3% dos outros impostos líquidos de subsídios. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (13,0%), Indústria (0,0%) e Serviços (0,3%).

Taxa de Investimento

Outro indicador relevante é a Taxa de Investimento. Ela é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa os acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados a cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

O gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2012 e 2017.



Fonte: IBGE

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2017 foi de 15,6% do PIB, apresentando uma queda em relação a 2016 e apresentando tendência de queda, considerando-se o desempenho dos últimos anos.

1.3 - Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 – População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

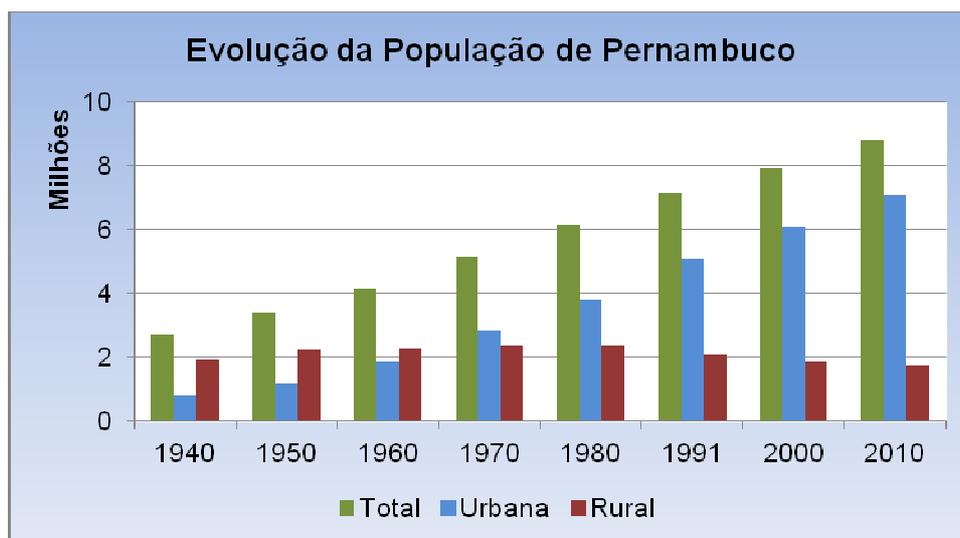
Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população total de Pernambuco estimada para 2017 foi de 9.473.266 (nove milhões, quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e seis) habitantes, que representa 16,5% da população total da Região Nordeste 57.254.159 e 4,5% da população total do Brasil 207.660.929.

1.3.2 – Produto Interno Bruto de Pernambuco

A economia pernambucana apresentou crescimento de 2,0%¹ do seu PIB em 2017, superando a contração de 4,2%² apresentada no ano anterior e maior do que o crescimento registrado no País, 1,0%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2017, em valores correntes, totalizou R\$ 172,3 bilhões².

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento do PIB estadual de 2008 até 2017:

¹ Sistema de Contas Regionais, Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, o crescimento de 2,0% do PIB em 2017 foi decorrente de redução de 1,1% na indústria e de crescimento de 1,9% nos serviços e de 19% no setor agropecuário.

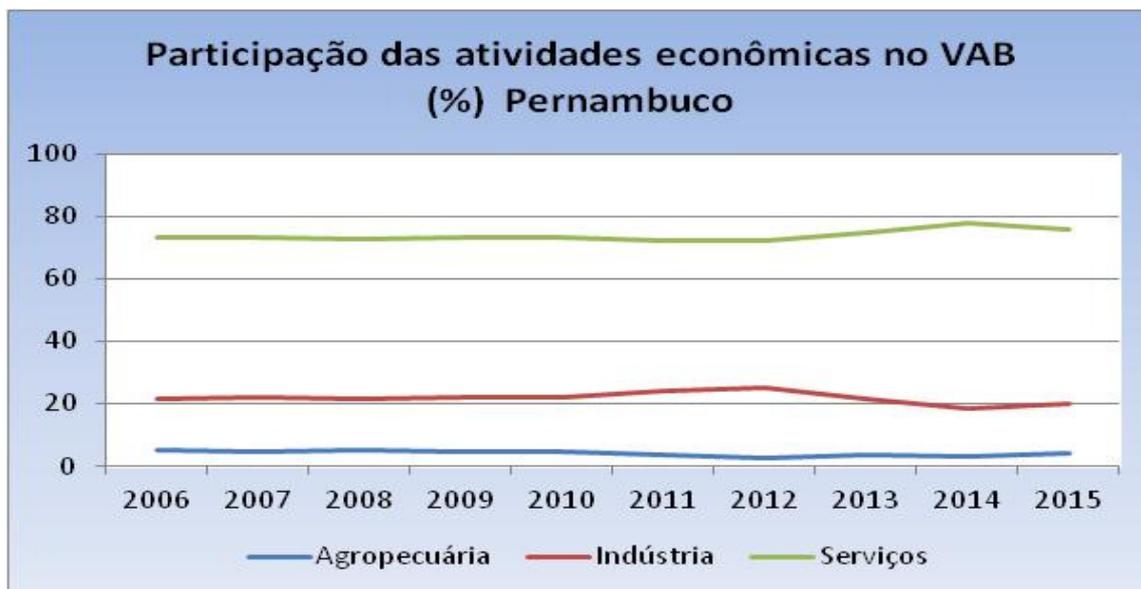
O quadro e o gráfico a seguir retratam a evolução da participação percentual das atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) no 'Valor Adicionado Bruto a preços básicos – VAB' de Pernambuco no período de 2006 a 2015.

Participação das atividades econômicas no VAB (%) – Pernambuco										
Setores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	5,19	4,77	5,38	4,82	4,49	3,45	2,70	3,50	3,30	3,90
Indústria	21,63	21,95	21,80	21,98	22,14	23,99	25,12	21,60	18,60	20,0
Serviços	73,18	73,28	72,82	73,20	73,37	72,56	72,18	74,90	78,10	76,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM

A partir da série histórica observa-se que o setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário. Em 2015 o setor de serviços correspondeu a 76,10% do VAB, o industrial a 20,00% e o agropecuário a 3,90%. Comparando 2015 com 2014, percebe-se um pequeno aumento na participação do setor agropecuário e uma recuperação significativa na participação do setor industrial. Além disso, há uma redução da participação do setor de serviços, mas que pode ser considerada alta, quando se observam os últimos dez anos.

O quadro e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2008 a 2017.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2008	5,0	5,3
2009	-0,2	2,8
2010	7,6	7,7
2011	3,9	5,7
2012	1,8	4,9
2013	2,7	3,2
2014	0,1	2,0
2015	-3,8	-3,5
2016	-3,6	-4,2
2017	1,0	2,0

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



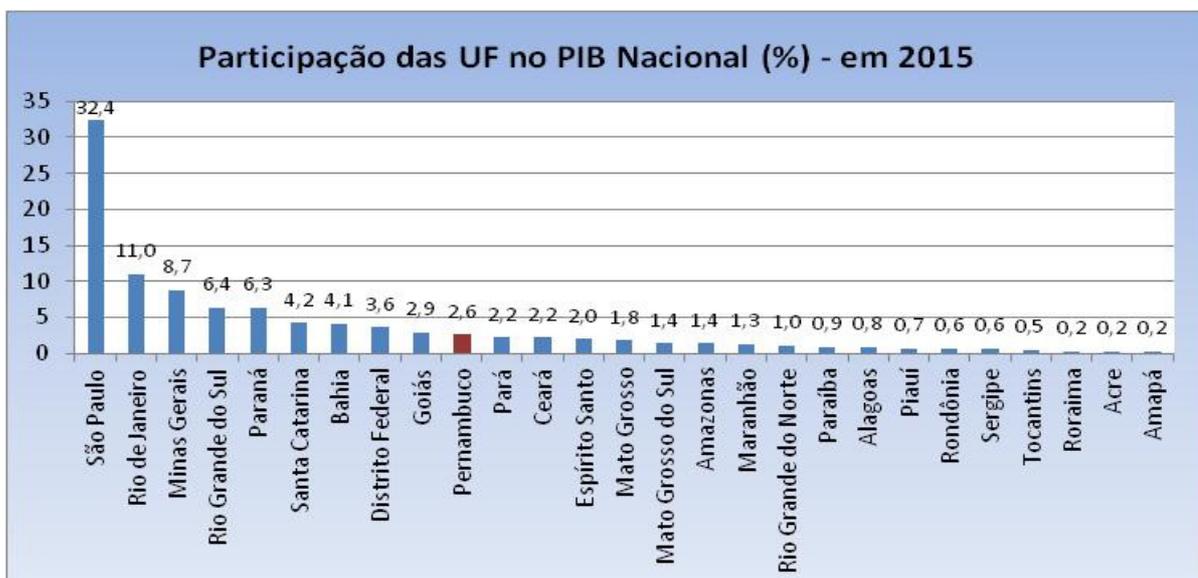
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que desde 2008, a economia pernambucana apresentou taxa de crescimento superior a da economia nacional. Entretanto, em 2016, houve contração da economia pernambucana maior do que a nacional. Já em 2017, a taxa de crescimento do PIB pernambucano ficou em 2,0%, enquanto que a nacional registrou 1,0%, portanto o crescimento da economia pernambucana foi maior que o nacional.

A seguir temos a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2015, que são os mais atualizados, conforme dados do IBGE.



Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE, Estados, CONDEPE/FIDEM.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Pernambuco se manteve na décima posição no ranking, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal e Goiás. Houve leve queda da representatividade de Pernambuco no cenário econômico brasileiro, tendo em vista sua participação no PIB nacional ter sido igual a 2,6%, enquanto no período de 2012 a 2014 sua participação foi de 2,7%.

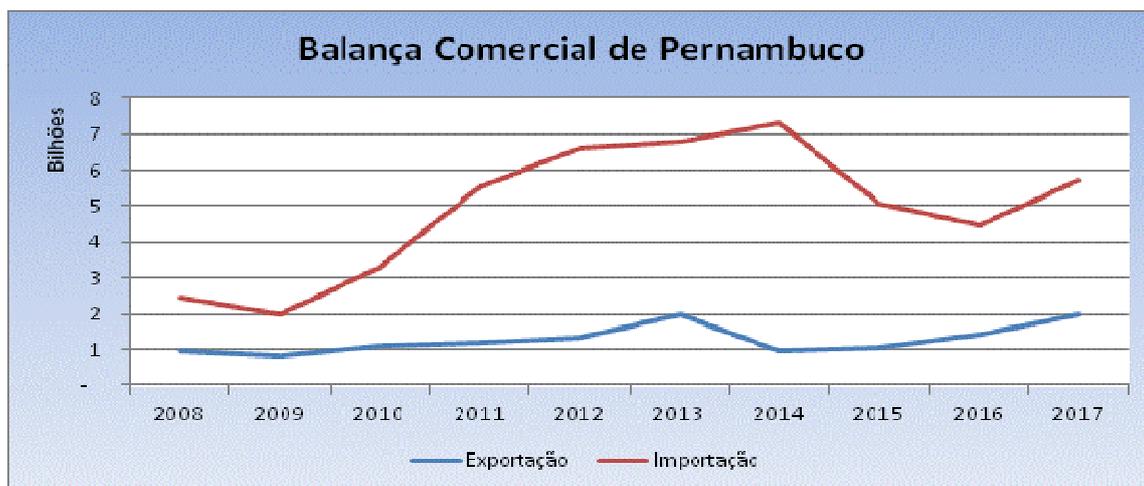
1.3.3 – Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do Estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2008 e 2017.

US\$ FOB²

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2008	937.633.054	2.460.591.948	-1.522.958.894
2009	823.971.896	1.981.372.106	-1.157.400.210
2010	1.112.502.063	3.272.666.080	-2.160.164.017
2011	1.198.969.467	5.534.266.161	-4.335.296.694
2012	1.319.976.345	6.595.543.914	-5.275.567.569
2013	1.991.530.707	6.811.441.973	-4.819.911.266
2014	943.811.567	7.337.140.863	-6.363.329.296
2015	1.046.582.092	5.066.603.620	-4.020.021.528
2016	1.417.816.943	4.449.306.030	-3.031.489.087
2017	1.961.882.370	5.703.995.162	-3.742.112.792

Fonte: MDIC/SECEX



Fonte: MDIC/SECEX

² Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

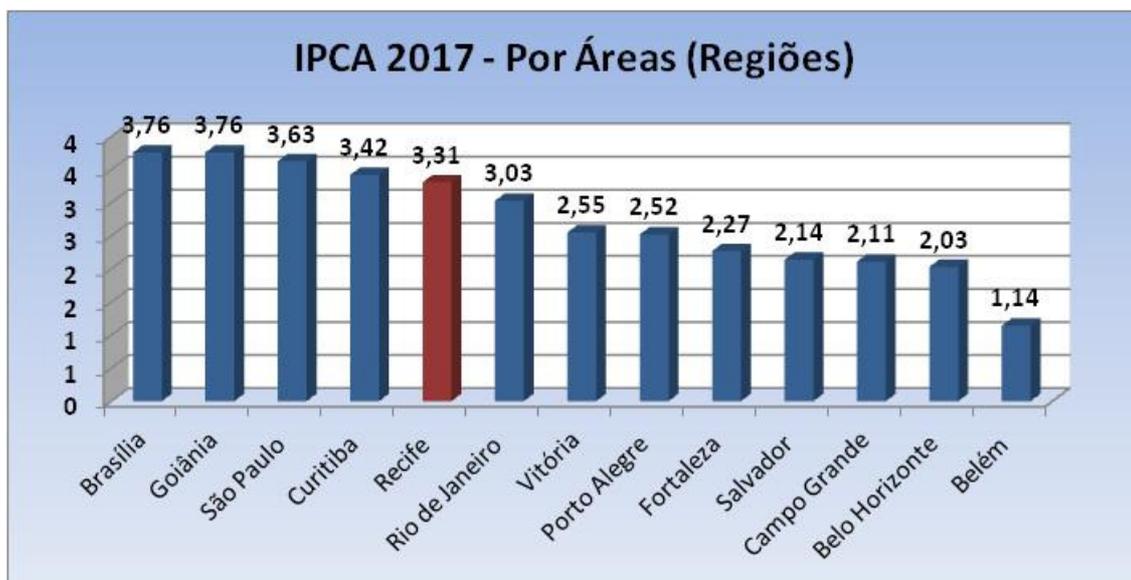
Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Entretanto, pode-se observar, no período de 2014 a 2017, tendência de aumento das exportações e, no período de 2014 a 2016, tendência de redução das importações. Entretanto em 2017 houve quebra desta tendência com aumento significativo de importações, ficando bem distante uma ocorrência de superávit.

Em 2017 seu déficit foi da ordem de US\$ 3,7 bilhões, superior ao de 2016, que foi da ordem de US\$ 3 bilhões, bem como inferior ao de 2015 que foi de aproximadamente US\$ 4 bilhões.

1.3.4 – Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”³.

O IPCA é calculado de forma contínua e sistemática para as áreas referentes às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Vitória, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2017.



Fonte: IBGE (Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor)

³ O Decreto Federal nº3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Verifica-se que as Regiões Metropolitanas de Brasília e Goiânia foram as que apresentaram o maior índice de inflação em 2017 dentre as regiões pesquisadas.

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 3,31% em 2017, bem inferior ao índice de 7,10% apurado em 2016, bem como alcançou o quinto maior índice em 2017, dentre todas as pesquisadas, quando havia alcançado o terceiro maior índice em 2016.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2008 a 2017.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2008	5,90%	6,98%
2009	4,31%	4,62%
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%
2015	10,67%	10,15%
2016	6,30%	7,10%
2017	2,95%	3,31%

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2015 tanto para o Brasil, apresentando taxa de 10,67%, quanto para a RMR, apresentando taxa de 10,15%. Verifica-se ainda que o aumento crescente do IPCA na RMR, registrado desde 2009, embora tenha sido interrompido em 2014, foi retomado de forma significativa em 2015 e a partir de então começou a recuar.

Em 2017, o IPCA na RMR de 3,31%, segue tendência de queda, porém continua sendo maior que a inflação nacional, a qual chegou a 2,95%.

1.3.5 - Mercado de Trabalho

1.3.5.1 - Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil apresentou saldo negativo de 20.832 quanto à geração de empregos formais no ano de 2017, ou seja, houve mais desligamentos do que admissões no período. Nesse mesmo ano, a Região Nordeste foi responsável pela perda de 14.424 empregos formais, dos quais Pernambuco foi responsável por uma perda de 6.612 de tais empregos.

Entretanto, como se pode observar na tabela abaixo, o saldo negativo brasileiro foi majoritariamente afetado pela perda de 76.600 empregos formais ocorrida na Região Sudeste e também pela perda de 26 empregos formais ocorrida na Região Norte. Por outro lado, foi afetado positivamente pela criação de empregos formais, sendo 33.395 na Região Sul e 36.823 na Região Centro-Oeste.

Comparação dos saldos entre admissões e desligamentos ocorridos em 2017 por Região Geográfica					
Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Centro-Oeste	Brasil
-14.424	-76.600	-26	33.395	36.823	-20.832

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no Estado de Pernambuco entre 2008 e 2017.

Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2008	5,65	5,84	6,47
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01

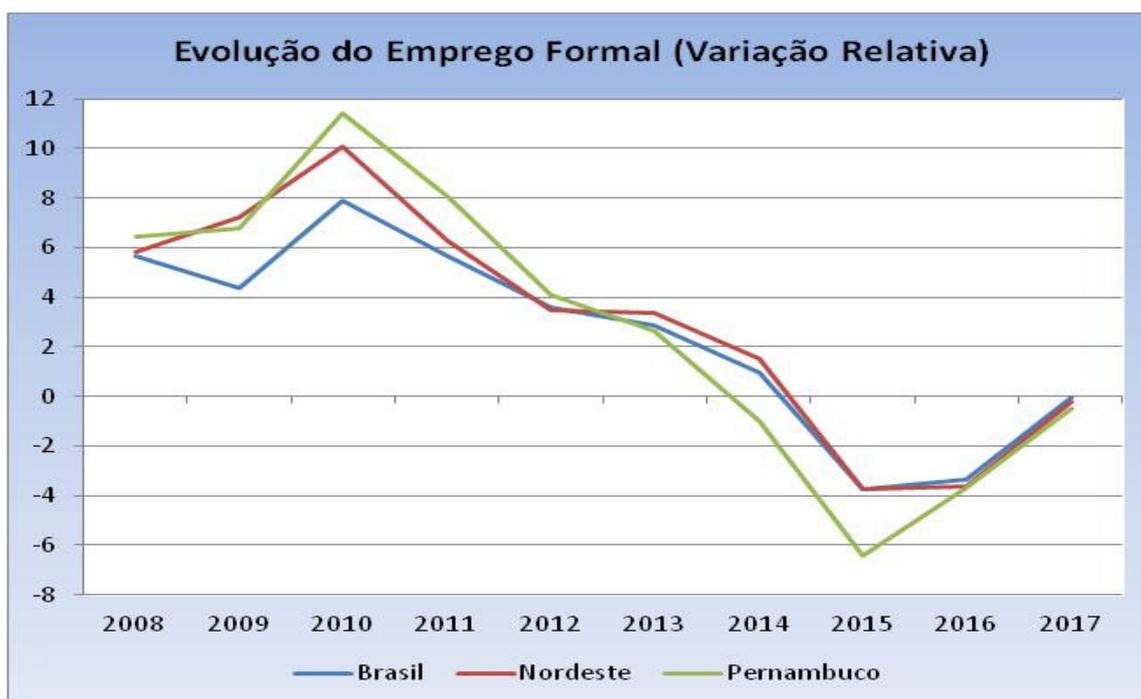


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2015	-3,74	-3,74	-6,43
2016	-3,33	-3,63	-3,68
2017	-0,05	-0,23	-0,52

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED

Nota: *Com ajustes



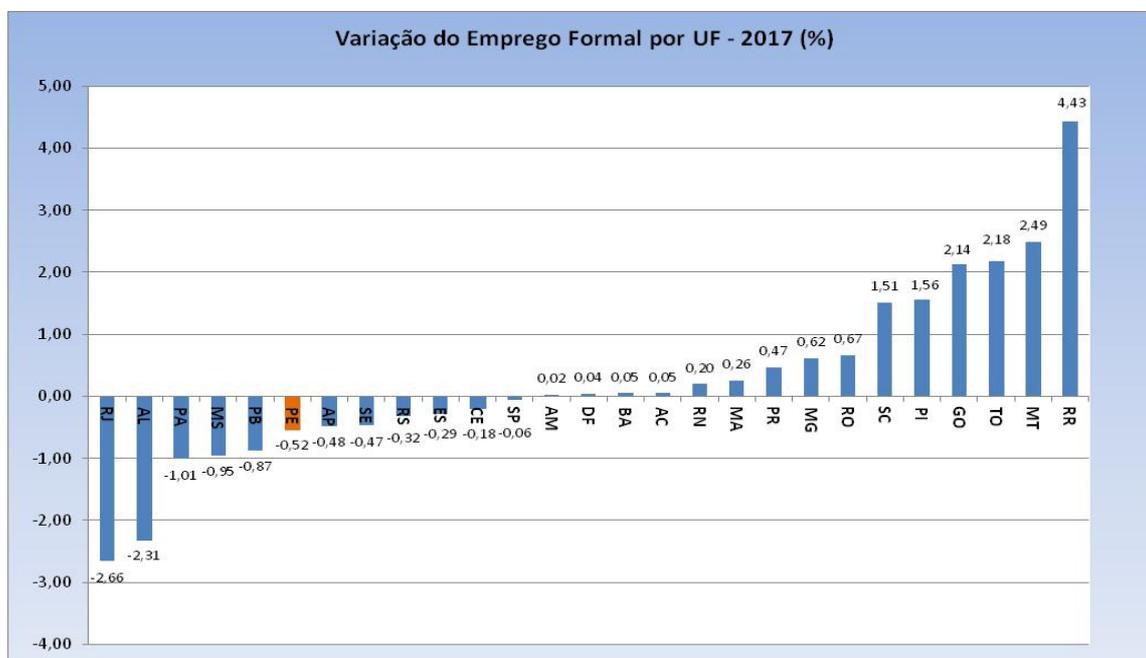
Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Observa-se que no período entre 2007 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando a 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 houve uma recuperação de Pernambuco, mantida em 2017, apresentando taxa negativa de -0,52%, bem próxima do desempenho do Nordeste e do Brasil.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2017.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2017 os desligamentos superaram as admissões em São Paulo, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Amapá, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Pará, Alagoas e Rio de Janeiro. Pernambuco ocupou a 22ª posição no ranking nacional em 2017, piorando sua posição em relação a 2016, quando ocupou a 17ª posição.

1.3.5.2 – Desemprego

Neste item serão tratadas as taxas de desocupação do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife, medidas pela PNAD Contínua do IBGE, bem como análise obtida junto à Agência CONDEPE/FIDEM sobre o desempenho pernambucano relativo ao desemprego.

1.3.5.2.1 – Taxa de Desocupação

O desemprego no Brasil é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Até o mês de fevereiro de 2016, o IBGE realizou a **Pesquisa Mensal de Emprego – PME** nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos era a Taxa de Desocupação Total, correspondente ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Com o encerramento da PME, seus indicadores foram substituídos pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Contínua, que abrange todo o conjunto do País e considera todas as Unidades Federativas do Brasil e todas as Regiões Metropolitanas do país, incluindo a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina.

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, tradicionalmente realizava a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e no Distrito Federal, obtendo a Taxa de Desemprego.

Entretanto, o DIEESE, embora continue realizando a referida pesquisa para o Distrito Federal e Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Salvador, não mais a realiza para as Regiões Metropolitanas do Recife, Belo Horizonte e Fortaleza.

Dessa forma, os dados levantados pelo DIEESE, quanto à Taxa de Desemprego, não serão objeto de análise neste relatório, pois não há como realizar as devidas comparações, que interessam à análise das contas de Pernambuco do exercício de 2017, sem os dados de 2015 a 2017 referentes à RMR.

Considerando todo o exposto, a análise da taxa de desocupação concentrar-se-á nos indicadores obtidos pela PNAD Contínua. A tabela a seguir faz um comparativo entre as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade das Regiões Metropolitanas, incluindo a RIDE, no período entre 2012 e 2017:

Taxa de desocupação - Regiões Metropolitanas, incluindo RIDE (%) *						
RM e RIDE/ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Florianópolis (SC)	3,3	3,6	4,3	5,1	6,7	7,8
Goiânia (GO)	4,5	4,7	4,0	6,2	9,5	9,3
Vale do Rio Cuiabá (MT)	5,7	5,3	5,2	7,7	11,1	9,9
Porto Alegre (RS)	5,1	5,4	5,5	6,8	9,7	10,2
Curitiba (PR)	5,4	4,4	3,8	5,5	9,1	10,9
João Pessoa (PB)	10,1	10,0	10,0	11,2	12,1	11,6
Fortaleza (CE)	8,8	7,9	7,4	8,9	12,4	12,4
RIDE Grande Teresina (PI)	8,8	9,7	8,1	9,3	9,6	13,2
Belém (PA)	11,0	10,8	11,4	12,5	14,3	14,0
Natal (RN)	11,7	10,4	11,7	12,6	14,8	14,3
São Paulo (SP)	7,7	7,8	7,5	9,6	13,2	14,6
Rio de Janeiro (RJ)	7,5	6,5	6,2	7,0	11,2	14,9
Grande Vitória (ES)	8,9	8,9	8,5	10,3	15,2	15,4
Belo Horizonte (MG)	7,2	7,2	7,7	9,7	13,8	15,4
Maceió (AL)	12,5	12,6	12,1	11,9	14,5	16,9
Macapá (AP)	13,2	11,2	10,6	12,2	16,4	17,6
Aracaju (SE)	12,1	12,0	10,8	11,0	17,0	17,7
Salvador (BA)	11,4	13,1	14,0	15,8	19,1	18,0
Grande São Luís (MA)	13,7	11,4	9,9	13,5	16,6	18,9
Manaus (AM)	11,3	10,8	8,9	10,9	16,4	19,1
Recife (PE)	11,6	10,5	9,4	9,2	15,1	19,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)

Nota: *Média anual a partir das estimativas Trimestrais



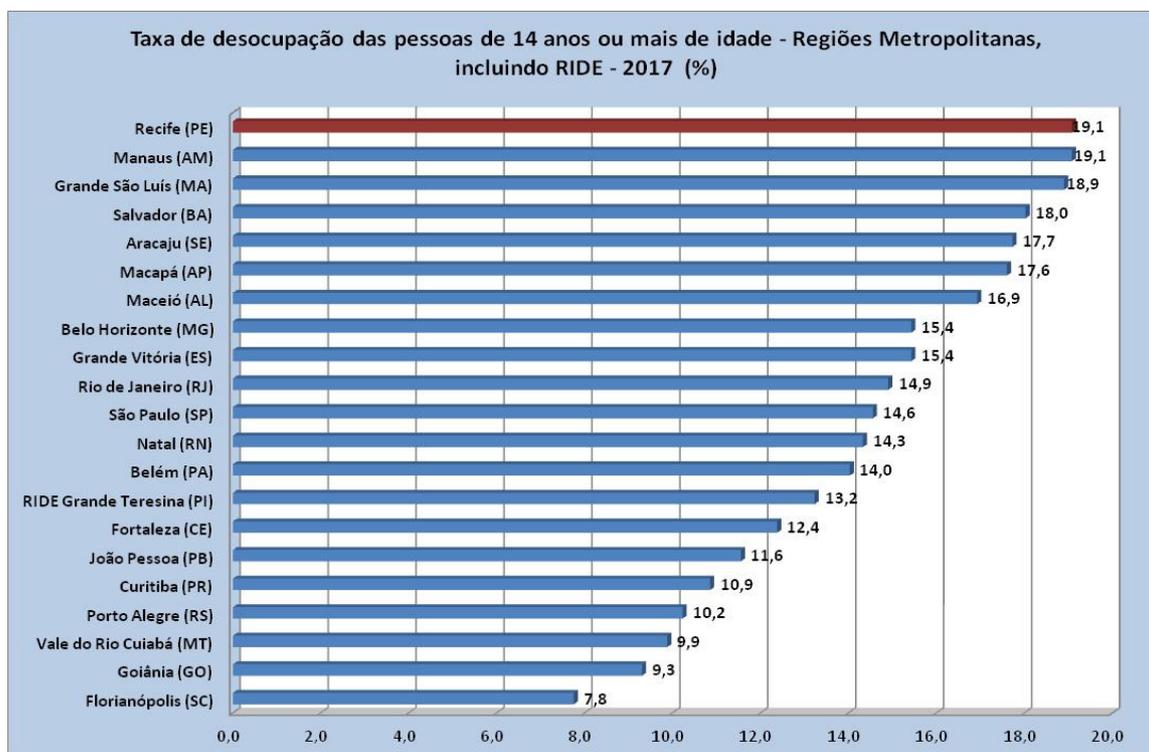
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A análise de tais dados permite observar que a taxa de desocupação da Região Metropolitana do Recife - RMR esteve em trajetória de queda entre 2012 e 2015, mas agravou-se significativamente em 2016 e 2017, como se pode visualizar no gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)

Além disso, quando se compara a taxa de desocupação da RMR (19,1%) com o das demais Regiões, no exercício de 2017, observa-se que esta obteve o pior resultado, como se pode observar no gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Considerando a mesma pesquisa realizada pelo IBGE (PNAD Contínua Trimestral), no período de 2012 a 2017, foram obtidos dados, que permitem comparar as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, das Unidades Federativas – UF, conforme a tabela a seguir:

Taxa de desocupação - Unidades da Federação (%) *						
UF/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Santa Catarina	3,4	3,1	2,9	4,1	6,3	7,1
Rondônia	6,4	5,1	4,2	5,6	7,9	8,2
Rio Grande do Sul	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2	8,4
Mato Grosso do Sul	6,1	4,7	4,1	6,1	7,7	8,5
Mato Grosso	5,5	4,4	4,0	6,1	9,4	9,0
Paraná	5,0	4,3	4,0	5,9	8,2	9,0
Roraima	7,6	8,0	6,3	8,5	8,8	9,9
Goiás	5,4	5,4	5,3	7,3	10,5	10,6
Paraíba	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4	11,4
Tocantins	7,7	7,5	7,5	8,6	11,5	11,7
Pará	7,4	7,3	7,2	8,8	11,2	11,8
Minas Gerais	6,9	6,6	6,7	8,5	11,1	12,2
Ceará	7,7	7,8	7,4	8,8	12,0	12,6
Piauí	6,9	7,5	6,5	7,6	9,4	12,9
Espírito Santo	7,1	7,1	6,2	7,7	12,2	13,1
Distrito Federal	8,6	9,0	9,0	10,1	12,0	13,2
São Paulo	7,3	7,2	7,1	9,3	12,4	13,4
Acre	8,4	9,0	7,7	8,5	10,9	14,1
Sergipe	10,3	10,3	9,2	9,1	13,3	14,3
Maranhão	8,1	7,9	6,8	8,6	11,9	14,3
Rio Grande do Norte	11,4	10,7	11,0	12,0	14,2	14,5
Rio de Janeiro	7,5	6,8	6,3	7,6	11,7	14,9
Amazonas	9,5	9,1	7,7	9,5	13,6	15,7
Alagoas	11,4	10,6	9,6	11,2	14,1	16,7
Bahia	11,1	11,2	10,3	12,3	15,9	17,0
Pernambuco	9,1	9,0	8,2	9,9	14,6	17,7
Amapá	13,2	11,5	10,3	11,0	15,5	17,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)

Nota: *Média anual a partir das estimativas Trimestrais

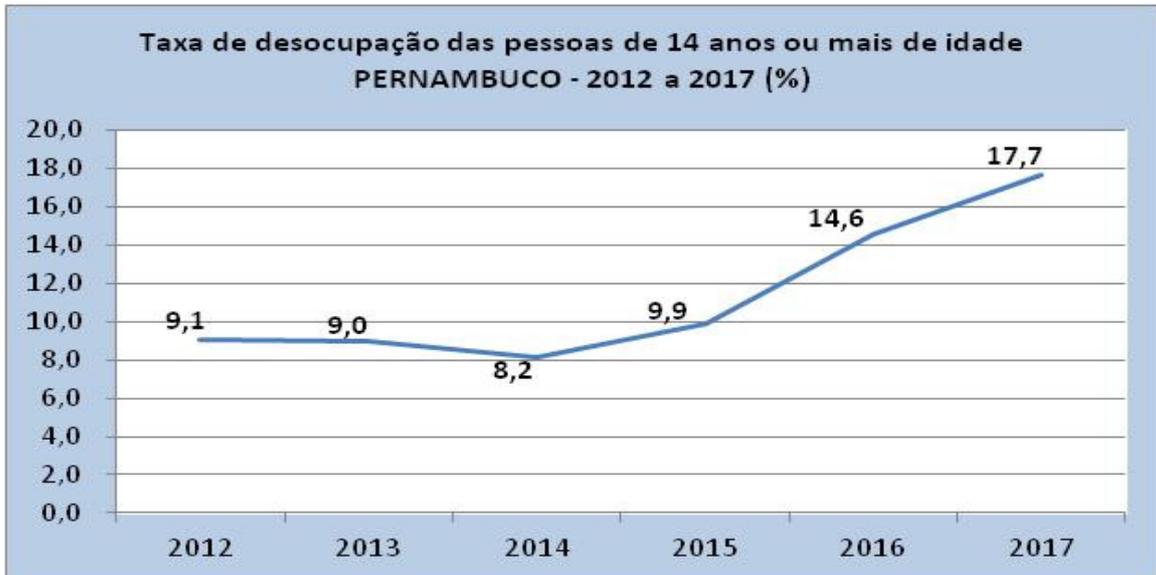
A análise de tais dados permite observar que a taxa de desocupação de Pernambuco apresentou trajetória de queda entre 2012 e 2014, mas em contrapartida apresentou crescimento significativo entre 2015 e 2017.

Além disso, Pernambuco apresentou o segundo pior desempenho do país (17,7%), melhor apenas que o Amapá (17,8%), no exercício de 2017, dando a entender que seus resultados foram influenciados de forma expressiva pela crise econômica que afetou o Brasil de 2015 a 2017.

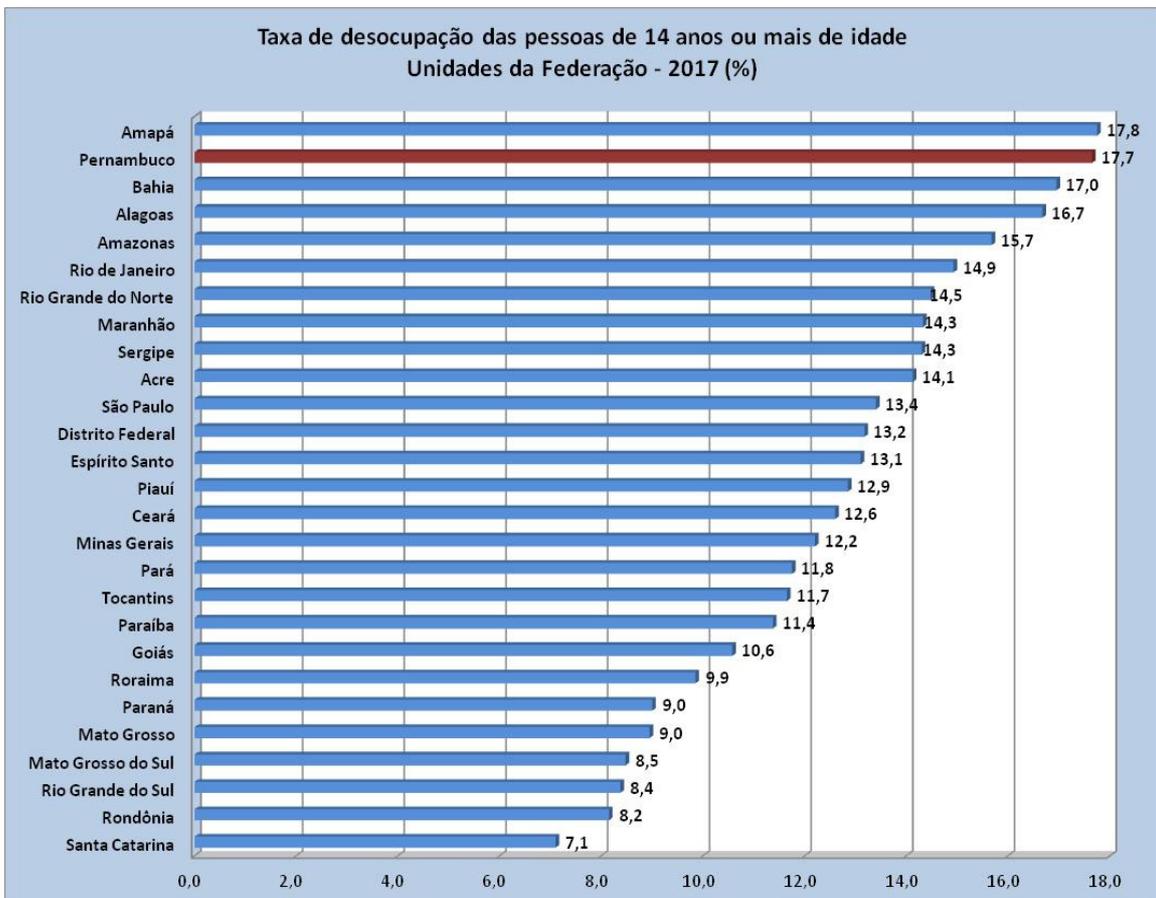
Tais observações podem ser visualizadas nos gráficos a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)



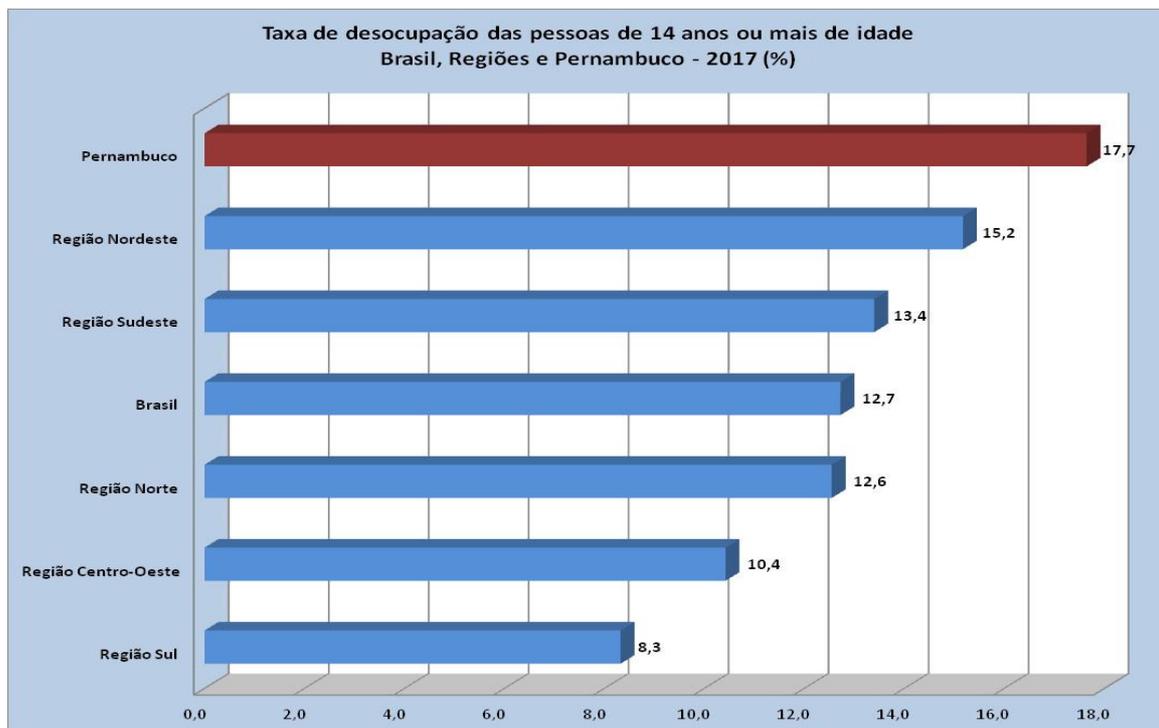
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)

Nota: Valores decimais arredondados pelo IBGE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Ainda a partir dessa análise, observou-se que a taxa de desocupação de Pernambuco foi bem superior às médias das taxas de desocupação do Brasil e de suas Regiões, como se pode observar no gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2017)

Nota: Valores decimais arredondados pelo IBGE

1.3.5.2.2 – Considerações da Agência CONDEPE/FIDEM

De posse dos resultados obtidos por Pernambuco no tocante à taxa de desocupação, foi solicitada uma análise técnica, por parte da Agência CONDEPE/FIDEM, de forma a melhor clarificar o cenário que contribuiu para o desempenho acima relatado.

O pronunciamento realizado através de Nota Técnica dos especialistas da Agência é apresentado na íntegra (com exceção das tabelas), a seguir:

Os dados referentes ao desemprego em Pernambuco no ano de 2017, expressos pelo indicador taxa de desocupação, resultam da interação entre a oferta laboral (força de trabalho) e a demanda por trabalho (ocupados). Assim, a taxa de desocupação é calculada a partir da diferença entre o montante da força de trabalho e o número de ocupados, ou seja, o número de desocupados, dividido pelo contingente da força de trabalho.

No ano de 2017, essa taxa alcançou 17,6% em Pernambuco, resultado de um contingente de 723.000 desocupados em uma força de trabalho de 4.088.000 indivíduos. O número de ocupados foi de 3.366.000. Ou seja, para uma oferta



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

de 4,088 milhões, uma demanda de 3,366 milhões. Esse resultado decorreu da queda na demanda por trabalho (-100.000 em relação a 2016) e do aumento da oferta de trabalho (32.000 em relação a 2016), o que fez com que o número de desocupados aumentasse de 590.000 em 2016 para 723.000 em 2017.

A taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua começou a ser levantada a partir de 2012, quando foi de 9,0%, reduzindo-se em 2013 para 8,9% e em 2014 para 8,1% - menor patamar no período 2012-2017. Nos anos de 2013 e 2014 a economia pernambucana apresentou crescimento do PIB de 2,9% e 1,9% respectivamente.

Como se sabe a crise econômica que atingiu o país apresentou forte impacto negativo sobre a economia pernambucana nos anos de 2015 e 2016, quando o PIB estadual caiu 4,2% e 3,0% respectivamente. Isso levou ao aumento da taxa de desocupação para 9,8% em 2015 e para 14,5% em 2016. A intensidade do aumento na taxa de desocupação foi maior em 2016 (48,0%) do que em 2015 (21,0%) e 2017 (21,4%). A recuperação da economia pernambucana em 2017, cujo PIB cresceu 2,0%, não foi suficiente para reverter o quadro de aumento na taxa de desocupação nesse ano.

Tendo em vista que o aumento no contingente de desocupados foi determinado em cerca de 75% pela redução da demanda laboral (e apenas em 25% pelo aumento da oferta de trabalho) faz-se necessária a análise de quais categorias do emprego e grupamentos de atividade concorreram para esses resultados.

Na comparação da distribuição dos ocupados, segundo categoria do emprego entre 2016 e 2017, observaram-se os seguintes resultados:

Em termos absolutos, verificou-se uma redução de 92.000 empregados celetistas e de 16.000 empregados sem carteira. Entre os trabalhadores domésticos, houve um aumento de 2.000 ocupações e no setor público de 10.000 ocupações. As categorias de empregador/conta própria/trabalhador familiar auxiliar apresentaram 4.000 ocupados a menos. Portanto, nota-se que as categorias do emprego mais diretamente associadas ao ciclo econômico apresentaram comportamento negativo.

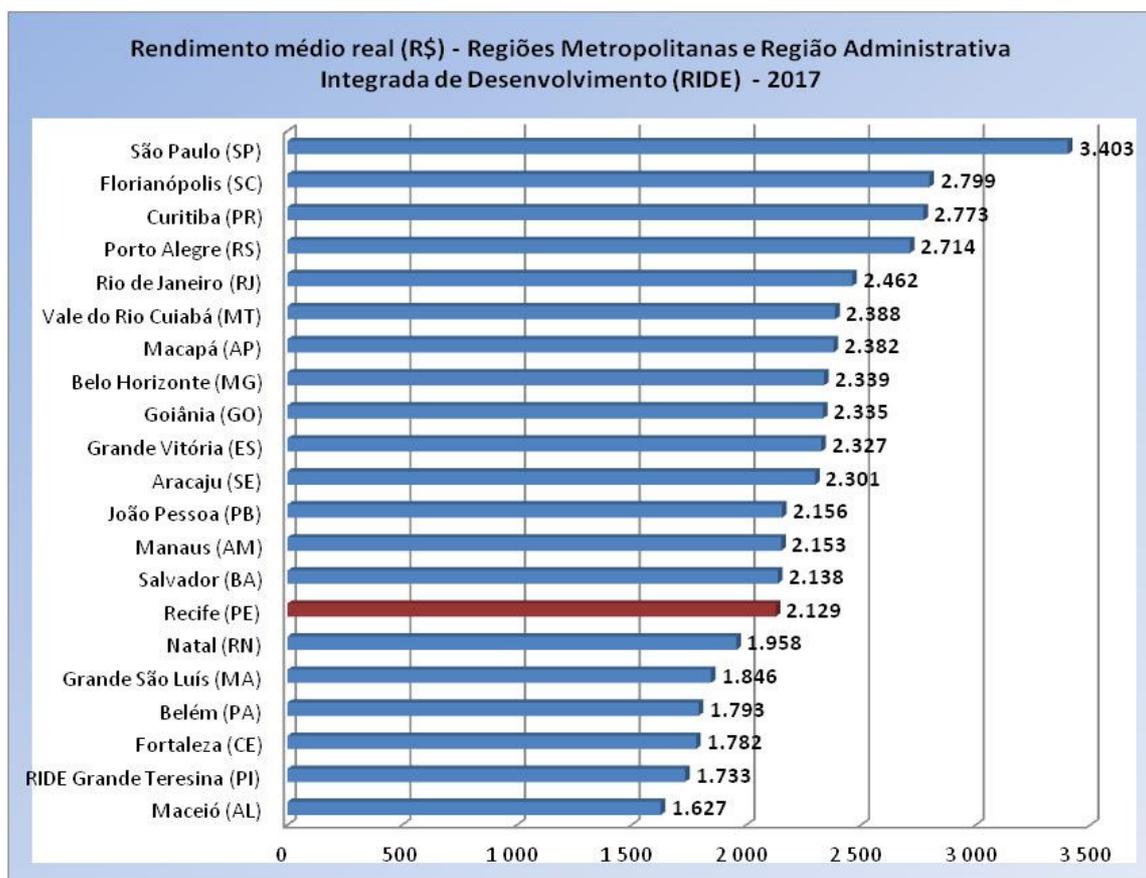
Quando se observa a evolução do número de ocupados, segundo grupamentos de atividade, torna-se evidente a importância absoluta do setor primário e do setor secundário na contração do emprego (78.000 e 37.000, respectivamente) em 2017. O setor terciário, por outro lado, apresentou crescimento de 14.000 ocupados, para o qual concorreram as atividades de Alojamento e alimentação e de Transporte, armazenagem e correio que, juntas, criaram 43.000 ocupações.

1.3.5.3 – Rendimento

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2017, também realizada pelo IBGE, foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por **Região Metropolitana e Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento**, ano 2017, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2017.

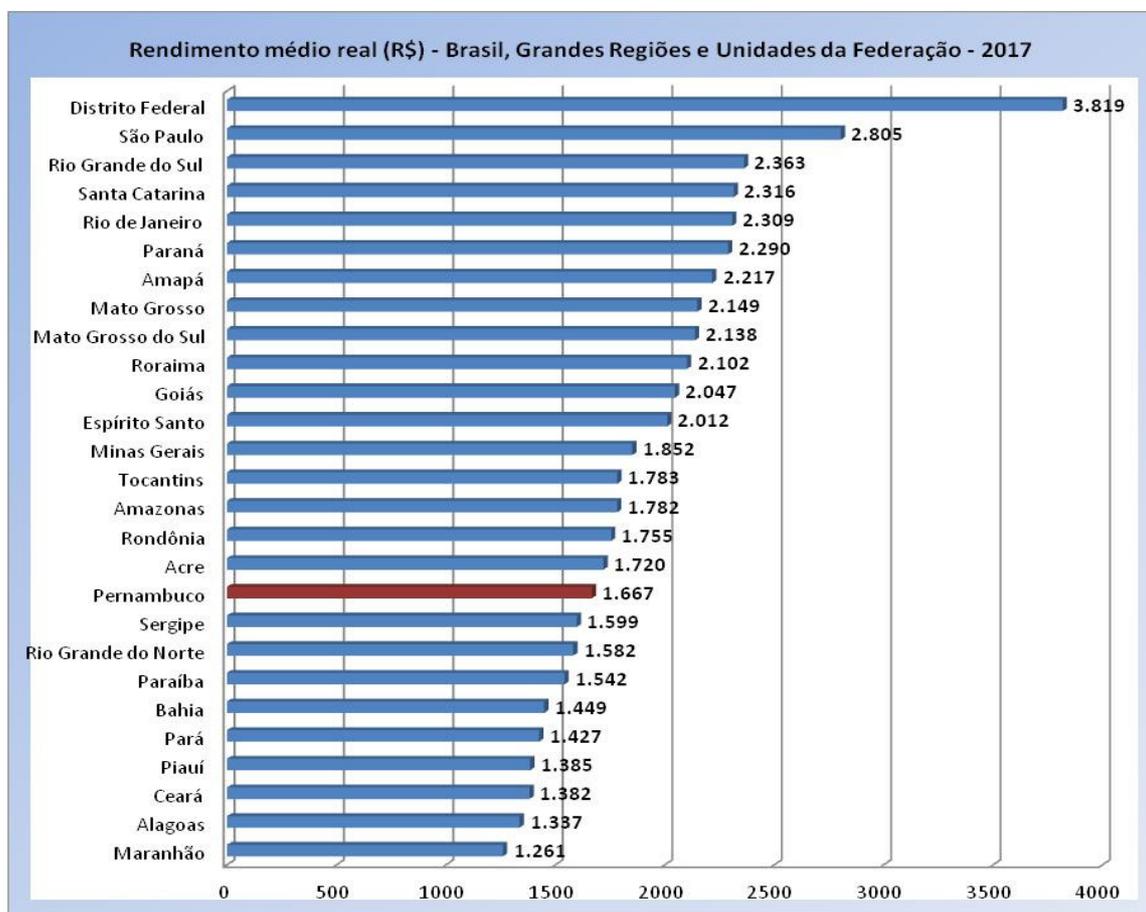
Nota: O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Observa-se que a Região Metropolitana do Recife apresentou no exercício de 2017 o 15º maior rendimento médio real, dentre as 21 (vinte e uma) Regiões Metropolitanas pesquisadas, enquanto apresentava o 12º maior rendimento médio real em 2016, e considerando a Região Nordeste ficou abaixo das Regiões Metropolitanas de Aracaju, João Pessoa e Salvador.

Ainda por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2017 foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por **unidade da federação**, ano 2017, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2017

Nota: O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Observa-se que Pernambuco não está bem posicionado no ranking nacional, ocupando a 18ª posição, apesar de ter melhorado 01 (uma) posição em relação a 2016, com rendimento médio real em 2017 (R\$ 1.667,25), o qual foi superior ao de 2016 (R\$ 1.580,00), ficando em 2017 abaixo da média nacional (R\$ 2.140,75) e de diversas unidades da federação, porém superior aos demais estados do Nordeste, conforme ilustrado no gráfico anterior.

1.3.6 – Saneamento

Nos relatórios de contas dos exercícios anteriores a 2017 foram apresentados dados medidos pelo IBGE quanto ao percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água bem como pela rede coletora de esgoto e também quanto ao percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços.

Entretanto, essa medição foi interrompida pelo IBGE encerrando-se com dados do exercício de 2015. Dessa forma, buscou-se novas fontes de informação para se



obter uma visão do desempenho do Estado de Pernambuco com relação ao abastecimento de água e esgoto e foram obtidos dados até o exercício de 2016.

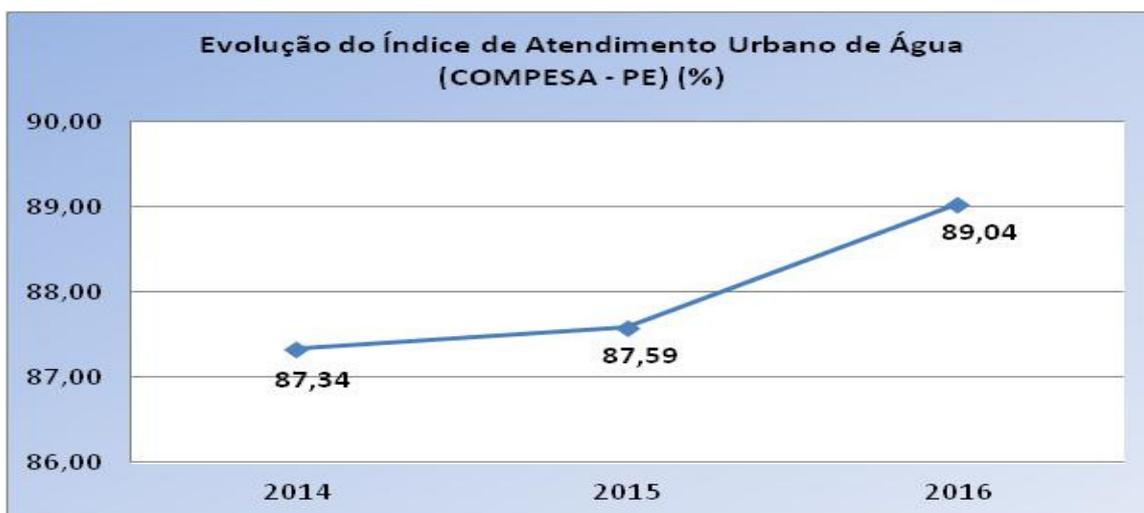
As novas informações foram obtidas no próprio site da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, bem como no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, onde foram levantados dados pela lógica de agrupamento dinâmico de indicadores e informações agregadas por ano de referência.

Foram então analisados, entre diversos indicadores disponíveis, os seguintes indicadores de desempenho, que consideram exclusivamente a atuação da COMPESA, em Pernambuco, em detrimento de outras iniciativas minoritárias de saneamento em alguns municípios do estado:

- Índice de atendimento urbano de água
- Índice de atendimento total de água
- Índice de perdas na distribuição
- Índice de atendimento urbano de esgoto por município
- Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água
- Índice de tratamento de esgoto

1.3.6.1 – Índice de Atendimento Urbano de Água

No site da COMPESA foi possível levantar o Índice de Atendimento Urbano de Água por Município, com dados relativos ao período de 2014 a 2016, tanto para o Estado de Pernambuco, como para os municípios, considerando a população urbana atendida. Pode-se observar que o desempenho geral do estado vem melhorando, especialmente de 2015 para 2016, conforme descrito no gráfico a seguir:

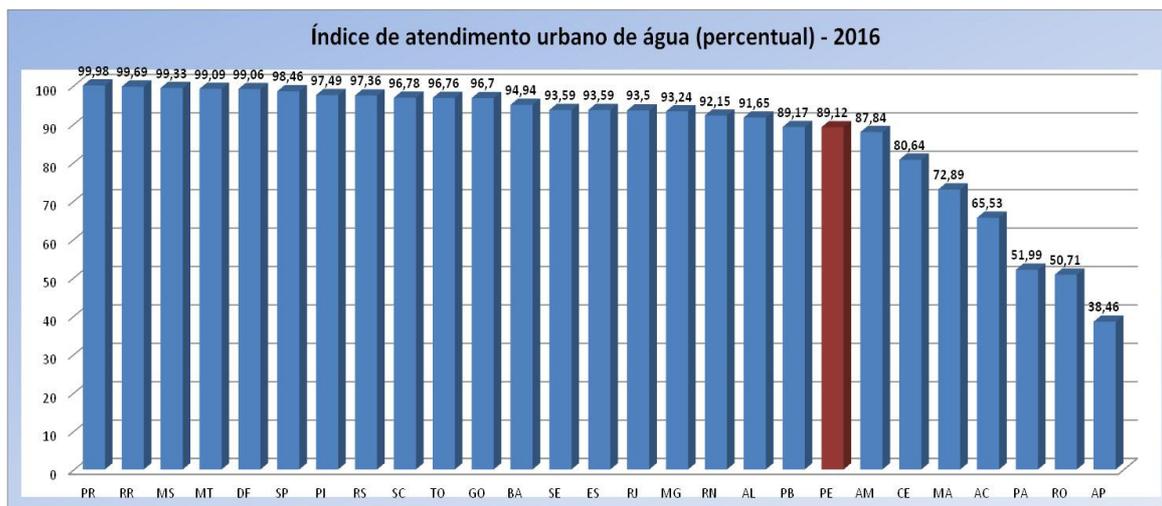


Fonte: Site da COMPESA



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Esse mesmo indicador, medido pelo Ministério das Cidades, aponta que o desempenho de Pernambuco, no exercício de 2016, foi de 89,12% (levemente superior ao medido pela COMPESA) que em comparação com os demais estados brasileiros, ficou na 20ª posição de um total de 27 UFs, incluindo o DF, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades

Na sequência, analisou-se esse mesmo indicador para cada um dos municípios atendidos pela COMPESA em Pernambuco, com os dados fornecidos no site da Concessionária supracitada e observou-se que, apesar de o desempenho global ser positivo e crescente, alguns municípios ainda apresentam Índice de atendimento urbano de água inferior a 60%, no exercício de 2016.

Assim, os municípios de Paratama, Maraial, Condado e Taquaritinga do Norte obtiveram índice que girou entre 40% e 59%. Os municípios de Jupi, Araçoiaba e Jataúba ficaram entre 25% e 38% e por fim o município de Santa Cruz da Baixa Verde obteve o Índice de apenas 3,42%. Tais resultados requerem um olhar especial por parte da Concessionária, de forma a atender a essa necessidade básica da população de tais localidades.

Por outro lado, alguns municípios conseguiram evoluir ao longo do período de 2014 a 2016, fechando com 100% de atendimento urbano de água no exercício de 2016, o que revela um esforço positivo, que certamente produz benefícios à população dos municípios de Araripina, Arcoverde, Barreiros, Belém de Maria, Bezerros, Camutanga, Canhotinho, Carpina, Joaquim Nabuco, São Caetano, Sertânia, Sirinhaém, Timbaúba, Triunfo e Vicência.

O desempenho geral do Estado de Pernambuco, com relação ao presente indicador, dos municípios atendidos pela COMPESA, pode ser observado no quadro a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Índice de Atendimento Urbano de Água por Município				Índice de Atendimento Urbano de Água por Município				Índice de Atendimento Urbano de Água por Município			
NOME DO MUNICÍPIO	2014	2015	2016	NOME DO MUNICÍPIO	2014	2015	2016	NOME DO MUNICÍPIO	2014	2015	2016
COMPESA	87,34%	87,59%	89,04%	Flores	100,00%	100,00%	100,00%	Petrolina	100,00%	100,00%	100,00%
Abreu e Lima	95,39%	94,49%	90,30%	Floresta	100,00%	100,00%	100,00%	Poção	95,81%	95,21%	95,47%
Afogados da Ingazeira	100,00%	100,00%	100,00%	Frei Miguelinho	100,00%	100,00%	100,00%	Pombos	100,00%	100,00%	100,00%
Afrânio	100,00%	100,00%	100,00%	Garanhuns	100,00%	100,00%	100,00%	Primavera	69,02%	68,99%	69,29%
Agrestina	100,00%	100,00%	100,00%	Glória do Goitá	99,83%	100,00%	100,00%	Quipapá	100,00%	100,00%	100,00%
Águas Belas	78,35%	77,54%	77,63%	Goiana	75,08%	74,67%	76,92%	Quixaba	100,00%	100,00%	100,00%
Alagoinha	77,96%	77,54%	77,06%	Granito	100,00%	100,00%	100,00%	Recife	83,27%	83,32%	86,70%
Aliança	100,00%	100,00%	100,00%	Gravatá	100,00%	100,00%	100,00%	Riacho das Almas	100,00%	100,00%	100,00%
Altinho	100,00%	100,00%	100,00%	Ibimirim	95,78%	96,89%	99,76%	Ribeirão	87,39%	88,59%	90,89%
Angelim	100,00%	100,00%	100,00%	Ibirajuba	100,00%	100,00%	100,00%	Rio Formoso	73,53%	78,96%	84,92%
Araçoiaba	33,42%	33,42%	34,06%	Igarassu	71,24%	73,37%	76,04%	Sairé	100,00%	100,00%	100,00%
Aranjina	97,46%	100,00%	100,00%	Igaraci	100,00%	100,00%	100,00%	Salgadinho	100,00%	100,00%	100,00%
Arcoverde	99,46%	100,00%	100,00%	Illa de Itamaracá	100,00%	100,00%	100,00%	Salgueiro	100,00%	100,00%	100,00%
Barra de Guabiraba	100,00%	100,00%	100,00%	Ingazeira	83,47%	86,08%	88,17%	Saloá	70,72%	70,47%	70,76%
Barreiros	99,04%	98,49%	100,00%	Ipojuca	77,73%	77,48%	75,13%	Sanharó	100,00%	100,00%	100,00%
Belém de Maria	94,08%	100,00%	100,00%	Ipubi	91,83%	90,72%	91,31%	Santa Cruz	100,00%	100,00%	100,00%
Belém de São Francisco	100,00%	100,00%	100,00%	Itacuruba	100,00%	100,00%	100,00%	Santa Cruz da Baixa Verde	3,64%	3,62%	3,42%
Belo Jardim	100,00%	100,00%	100,00%	Itaba	100,00%	100,00%	100,00%	Santa Cruz do Capibaribe	82,08%	79,76%	76,93%
Betânia	100,00%	100,00%	100,00%	Itapetim	100,00%	100,00%	100,00%	Santa Filomena	100,00%	100,00%	100,00%
Bezerros	94,15%	93,77%	100,00%	Itapissuma	74,58%	73,83%	73,81%	Santa Maria da Boa Vista	100,00%	100,00%	100,00%
Bodocó	100,00%	100,00%	100,00%	Itaquitinga	67,54%	67,97%	70,79%	Santa Maria do Cambucá	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Conselho	97,31%	97,91%	93,77%	Jaboatão dos Guararapes	74,82%	75,51%	76,48%	Santa Terezinha	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Jardim	100,00%	100,00%	100,00%	Jataúba	27,02%	26,57%	26,99%	São Benedito do Sul	75,80%	75,54%	77,03%
Bonito	100,00%	100,00%	100,00%	Jatobá	100,00%	100,00%	100,00%	São Bento do Una	89,80%	89,11%	87,51%
Brejão	100,00%	100,00%	100,00%	João Alfredo	100,00%	100,00%	100,00%	São Caitano	91,99%	100,00%	100,00%
Brejinho	100,00%	100,00%	100,00%	Joaquim Nabuco	88,63%	96,53%	100,00%	São João	100,00%	100,00%	100,00%
Brejo da Madre de Deus	70,07%	70,45%	71,64%	Jucati	100,00%	100,00%	100,00%	São Joaquim do Monte	100,00%	100,00%	100,00%
Ruennas Aires	100,00%	100,00%	100,00%	Jupi	39,04%	38,42%	37,67%	São José da Coroa Grande	100,00%	100,00%	100,00%
Buíque	65,91%	73,61%	78,92%	Jurema	100,00%	100,00%	100,00%	São José do Belmonte	100,00%	100,00%	100,00%
Cabo de Santo Agostinho	91,17%	91,26%	93,36%	Lagoa do Carro	69,69%	71,68%	74,15%	São José do Egito	100,00%	100,00%	100,00%
Cabrobó	100,00%	100,00%	100,00%	Lagoa do Itaenga	94,88%	95,03%	97,38%	São Lourenço da Mata	71,13%	70,63%	74,77%
Cachoeirinha	100,00%	100,00%	100,00%	Lagoa do Ouro	100,00%	100,00%	100,00%	São Vicente Ferrer	68,80%	70,51%	70,90%
Caetés	83,67%	82,33%	80,64%	Lagoa dos Gatos	100,00%	100,00%	100,00%	Serra Talhada	100,00%	100,00%	100,00%
Calçado	100,00%	100,00%	100,00%	Lagoa Grande	100,00%	100,00%	100,00%	Serrita	100,00%	100,00%	100,00%
Calumbi	100,00%	100,00%	100,00%	Lajedo	100,00%	100,00%	100,00%	Sertânia	99,06%	98,28%	100,00%
Camaragibe	78,94%	78,51%	77,98%	Limeiro	92,15%	92,06%	98,96%	Sirinhaém	98,95%	100,00%	100,00%
Camocim de São Félix	83,28%	84,20%	87,00%	Macaparana	100,00%	100,00%	100,00%	Solidão	100,00%	100,00%	100,00%
Camutanga	78,02%	95,43%	100,00%	Machados	91,22%	91,20%	95,60%	Surubim	100,00%	100,00%	100,00%
Canhotinho	96,51%	98,42%	100,00%	Manari	100,00%	100,00%	100,00%	Tabira	100,00%	100,00%	100,00%
Capoeiras	100,00%	100,00%	100,00%	Maraial	52,52%	51,27%	58,03%	Tacaimbó	100,00%	100,00%	100,00%
Carnaíba	100,00%	100,00%	100,00%	Mirandiba	100,00%	100,00%	100,00%	Tacaratu	100,00%	100,00%	100,00%
Carpina	93,28%	96,31%	100,00%	Moreilândia	76,68%	77,11%	78,28%	Tamandaré	100,00%	100,00%	100,00%
Caruaru	100,00%	100,00%	100,00%	Moreno	88,70%	88,22%	91,36%	Taquaritinga do Norte	44,46%	43,32%	42,81%
Casinhas	91,86%	94,50%	94,67%	Nazaré da Mata	100,00%	100,00%	100,00%	Terezinha	100,00%	100,00%	100,00%
Cedro	100,00%	100,00%	100,00%	Ondina	86,34%	86,59%	90,47%	Terra Nova	100,00%	100,00%	100,00%
Chã de Alegria	80,58%	87,39%	89,03%	Orobó	86,64%	85,59%	88,13%	Timbaúba	98,92%	100,00%	100,00%
Chã Grande	89,14%	92,00%	94,72%	Orocó	100,00%	100,00%	100,00%	Toritama	85,12%	84,66%	85,82%
Condado	46,07%	51,54%	53,32%	Ouricuri	100,00%	100,00%	100,00%	Tracunhaém	83,17%	89,11%	91,07%
Correntes	100,00%	100,00%	100,00%	Palmeirina	100,00%	100,00%	100,00%	Trindade	100,00%	100,00%	100,00%
Cumarú	100,00%	100,00%	100,00%	Panelas	100,00%	100,00%	100,00%	Triunfo	98,24%	96,13%	100,00%
Cupira	100,00%	100,00%	100,00%	Paranatama	62,56%	59,34%	59,93%	Tupanatinga	100,00%	100,00%	100,00%
Custódia	91,06%	90,77%	91,87%	Parnamirim	100,00%	100,00%	100,00%	Tuparetama	100,00%	100,00%	100,00%
Dormentes	100,00%	100,00%	100,00%	Passira	100,00%	100,00%	100,00%	Venturosa	78,99%	78,22%	83,24%
Escada	82,58%	85,99%	88,93%	Paudalho	80,03%	82,28%	85,38%	Verdejante	100,00%	100,00%	100,00%
Exu	100,00%	100,00%	100,00%	Paulista	84,71%	84,08%	83,45%	Vertente do Lério	100,00%	100,00%	100,00%
Feira Nova	100,00%	100,00%	100,00%	Pedra	86,74%	83,69%	83,43%	Vertentes	100,00%	100,00%	100,00%
Fernando de Noronha	100,00%	100,00%	100,00%	Pesqueira	86,77%	85,61%	86,20%	Vicência	97,45%	97,19%	100,00%
Ferreiros	100,00%	100,00%	100,00%	Petrolândia	98,26%	98,75%	99,47%	Vitória de Santo Antão	83,01%	83,65%	87,07%

Fonte: Site da COMPESA

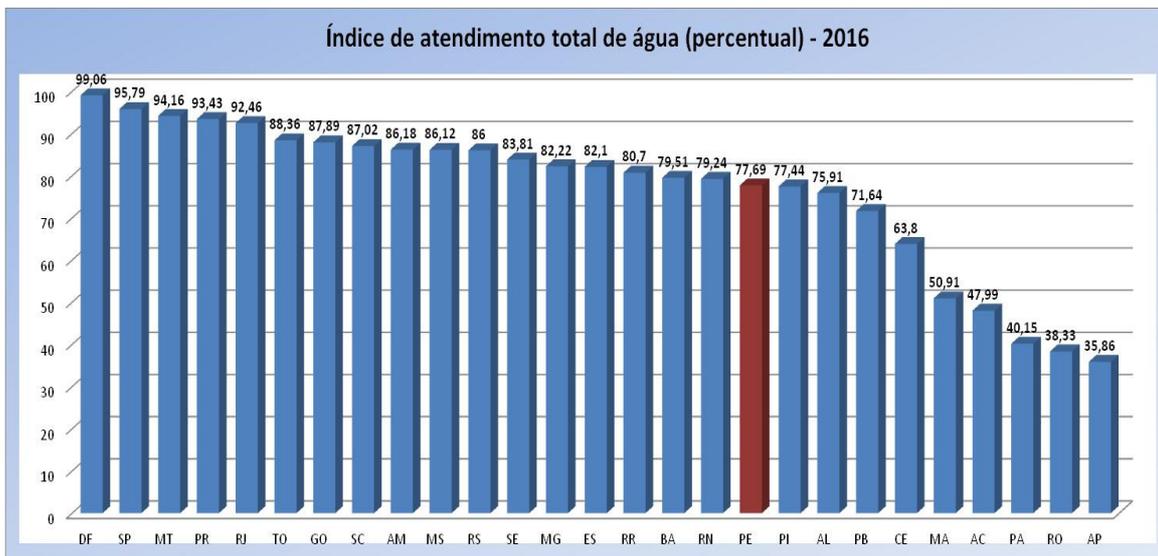
1.3.6.2 – Índice de Atendimento Total de Água

Foram analisados os dados do Ministério das Cidades do exercício de 2016, referentes ao Índice de atendimento total de água (relativo ao total da população) e observou-se que Pernambuco apresentou desempenho baixo (77,69%), em relação às demais UFs brasileiras, figurando na 18ª posição e com relação aos demais estados



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

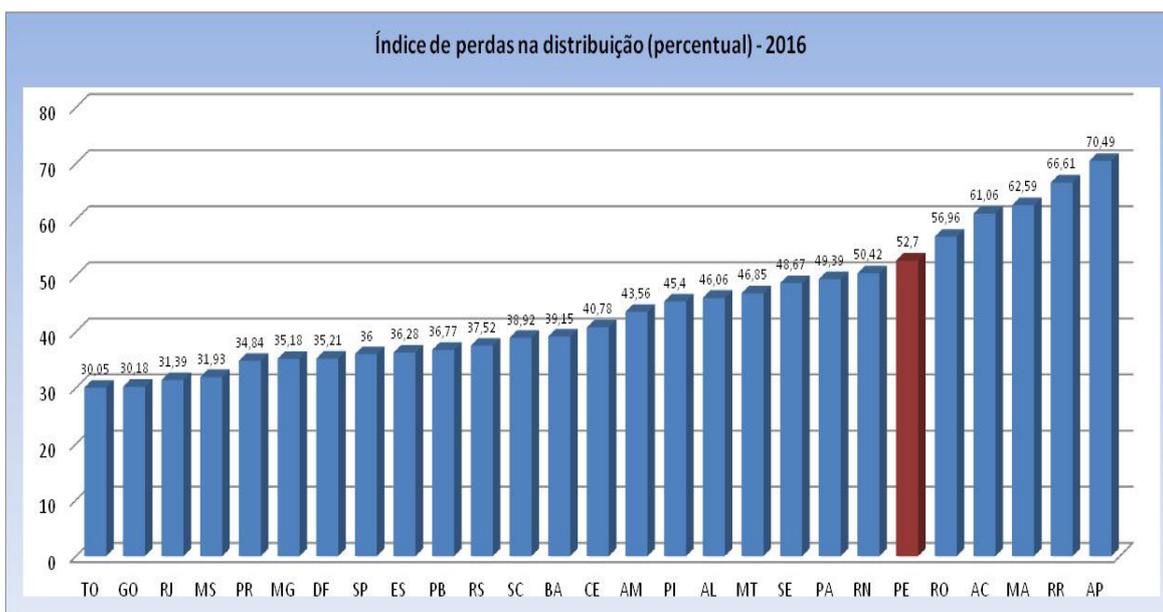
nordestinos, ficou abaixo de Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, conforme descrito no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades

1.3.6.3 – Índice de Perdas na Distribuição

Com relação ao Índice de perdas na distribuição de água, no exercício de 2016, observou-se que Pernambuco ocupou a 22ª posição no ranking nacional, apresentando 52,7% de perdas em relação ao total de água distribuída, representando uma das mais altas do país, como se pode verificar no gráfico a seguir:



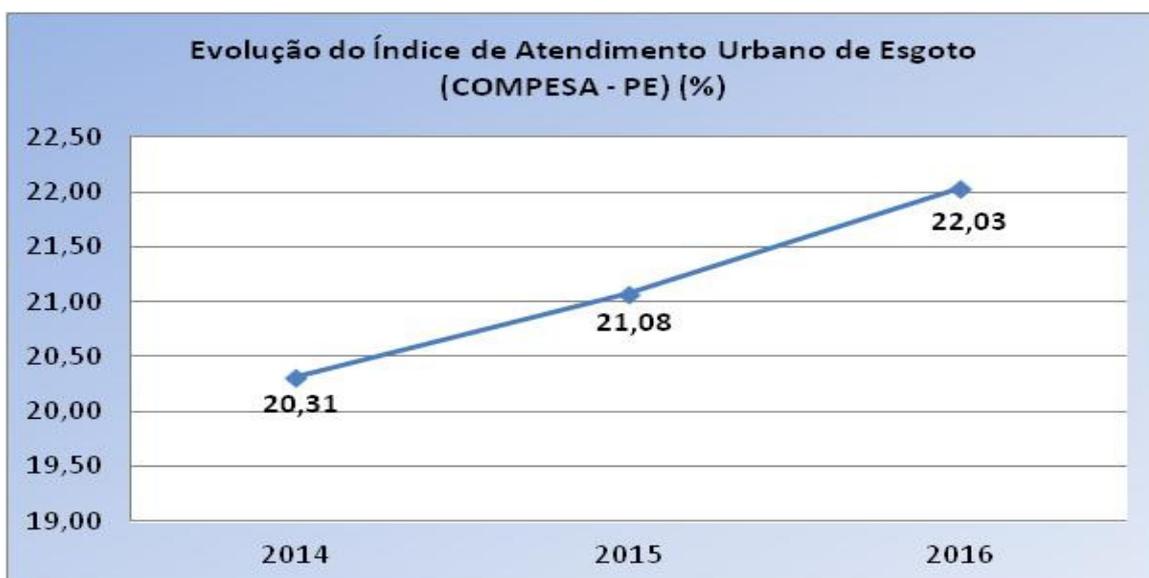
Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades



1.3.6.4 – Índice de Atendimento Urbano de Esgoto

No site da COMPESA foi possível levantar o Índice de Atendimento Urbano de Esgoto por Município, com dados relativos ao período de 2014 a 2016, dos municípios e geral do estado, considerando a população urbana atendida.

Embora tenha ocorrido melhoria do indicador neste período, pode-se observar, ainda, uma baixa cobertura de rede de esgoto para as áreas urbanas no Estado de Pernambuco, que certamente impacta de forma significativa a qualidade de vida da população pernambucana, fechando o exercício de 2016 com o percentual de 22,03%, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Site da COMPESA

Tal desempenho se reflete na menor quantidade apresentada de municípios atendidos, nos relatórios da COMPESA, os quais totalizam 26 (vinte e seis) do total de municípios do estado, donde se depreende que existe uma grande quantidade de municípios sem atendimento de esgoto em suas áreas urbanas.

Além disso, nesses poucos municípios atendidos, o percentual de atendimento é significativamente baixo, com destaque negativo para Gravatá e Camaragibe, que em 2016 apresentaram respectivamente índice de 2,04% e 1,78%.

Como exceção a este cenário preocupante, aparecem como destaque positivo, os municípios de Petrolina e Rio Formoso, que em 2016 apresentaram respectivamente índice de 96,31% e 88,46%, conforme descrito no quadro a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Índice de Atendimento Urbano de Esgoto por Município			
NOME DO MUNICÍPIO	2014	2015	2016
COMPESA	20,31 %	21,08 %	22,03 %
Abreu e Lima	23,92%	24,18%	25,32%
Arcoverde	5,44%	5,46%	5,70%
Barreiros	38,67%	38,16%	38,29%
Cabo de Santo Agostinho	12,30%	13,64%	12,82%
Camaragibe	1,61%	1,74%	1,78%
Caruaru	48,85%	48,68%	50,29%
Dormentes	78,27%	78,02%	77,21%
Fernando de Noronha	72,92%	72,84%	71,54%
Garanhuns	10,64%	11,23%	11,43%
Gravatá	2,04%	2,04%	2,04%
Igarassu	1,56%	2,37%	3,41%
Ipojuca	14,87%	15,17%	16,04%
Jaboatão dos Guararapes	6,74%	43,79%	48,73%
Lagoa Grande	24,75%	6,74%	6,82%
Moreno	27,77%	24,29%	23,94%
Nazaré da Mata	12,10%	32,68%	34,59%
Olinda	34,37%	15,20%	36,81%
Paulista	37,52%	35,65%	36,52%
Petrolina	80,19%	38,85%	96,31%
Recife	38,69%	84,11%	39,75%
Rio Formoso	28,39%	39,63%	88,46%
Salgueiro	31,33%	28,29%	41,06%
São Lourenço da Mata	9,13%	41,24%	28,13%
Sirinhaém	31,39%	9,70%	45,33%
Tamandaré	100,00%	30,97%	10,36%
Vitória de Santo Antão	31,91%	100,00%	34,58%

Fonte: Site da COMPESA

1.3.6.5 – Índice de Atendimento Total de Esgoto Referido aos Municípios com Água

Os dados obtidos junto ao Ministério das Cidades apresentam o Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios com água, que é uma variação do anterior, medido pela COMPESA, pois considera não apenas esgoto em áreas urbanas, mas de todas as áreas de municípios servidos com abastecimento de água.

Nesse contexto, Pernambuco também não apresenta desempenho positivo, ocupando uma preocupante 18ª posição dentre todos os estados brasileiros e Distrito



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

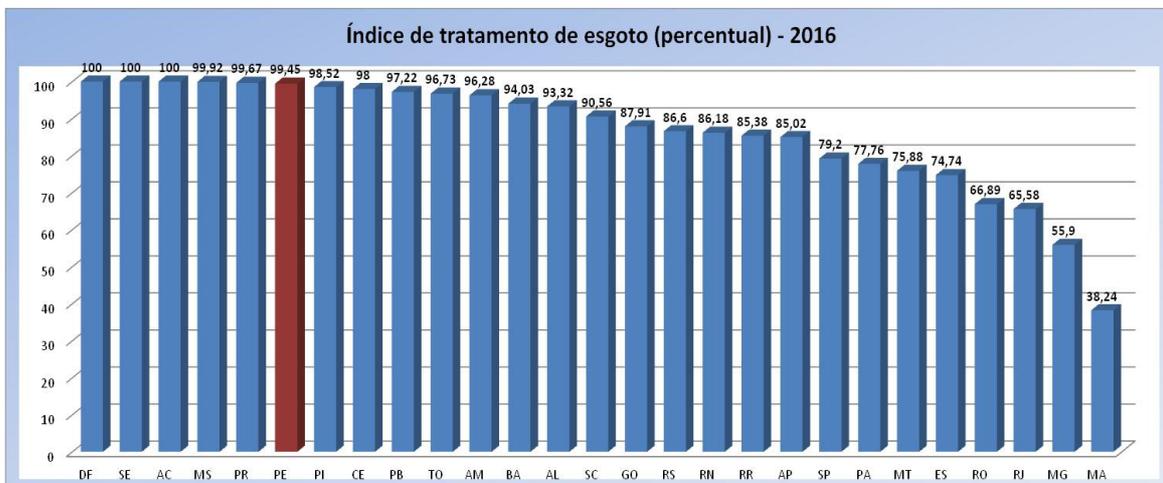
Federal, com o percentual de 19,95% no exercício de 2016, como se pode observar no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades

1.3.6.6 – Índice de Tratamento de Esgoto

Por fim, os dados obtidos junto ao Ministério das Cidades apresentam o Índice de tratamento de esgoto, onde Pernambuco aparece em posição de destaque no cenário nacional, com percentual de 99,45%, donde se pode concluir que embora atenda pouco em termos de cobertura de rede de esgoto, vem tratando quase que integralmente esse esgoto coletado. O gráfico a seguir permite uma visualização do índice pernambucano comparado com o obtido pelos demais estados e DF.



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Ministério das Cidades



1.4 – Considerações Finais

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do Estado de Pernambuco no ano de 2017.

A economia pernambucana apresentou crescimento de 2,0% do seu PIB em 2017, superando a contração de 4,2% apresentada no ano anterior e maior do que o crescimento registrado no País, 1,0%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2017, em valores correntes, totalizou R\$ 172,3 bilhões. O setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário. Comparando 2015 com 2014 (dados mais recentes disponíveis), percebe-se um pequeno aumento na participação do setor agropecuário e uma recuperação significativa na participação do setor industrial.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. Seu déficit em 2017, da ordem de US\$ 3,7 bilhões, foi superior ao observado em 2016, da ordem de US\$ 3 bilhões, bem como inferior ao de 2015 que foi de aproximadamente US\$ 4 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA da RMR do ano de 2017 (3,31%) foi inferior ao registrado no ano de 2016 (7,10%), porém acima do índice nacional em 2017 (2,95%).

Com relação ao mercado de trabalho, o Estado de Pernambuco apresentou uma perda de 6.612 empregos formais em 2017 e a taxa de geração de empregos formais no estado caiu durante seis exercícios consecutivos, passando de 11,41% em 2010, para 6,43% em 2015. Entretanto, em 2016 e 2017 houve uma recuperação de Pernambuco, que embora ainda apresente respectivamente taxas negativas de -3,68% e -0,52%, aproximou-se significativamente do desempenho do Nordeste e do Brasil. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco ocupou a 22ª posição no ranking nacional em 2017, piorando sua posição em relação a 2016, quando ocupou a 17ª posição.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no Estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, foi de 17,7% em 2017. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a segunda pior posição no ranking nacional, caindo uma posição em relação a 2016 e ficando também acima da média nacional que foi de 12,7%.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento de trabalho, por unidade da federação, medido pelo IBGE por meio da PNAD Contínua para o Estado de Pernambuco em 2017 foi de R\$ 1.667,25. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 18ª posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$ 2.140,75.

Por fim, no tocante ao saneamento, observa-se que o atendimento urbano de água (relativo à população urbana), medido pelo Ministério das Cidades, aponta que o desempenho de Pernambuco, no exercício de 2016 (ano dos últimos dados disponíveis), foi de 89,12%, ficando na 20ª posição de um total de 27 UFs, incluindo o DF.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Os dados do Ministério das Cidades do exercício de 2016, referentes ao Índice de atendimento total de água (relativo ao total de população) demonstraram que Pernambuco apresentou desempenho baixo (77,69%), em relação às demais UFs brasileiras, figurando na 18ª posição e com relação aos demais estados nordestinos, ficou abaixo de Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte.

Com relação ao Índice de perdas na distribuição de água, no exercício de 2016, observou-se que Pernambuco ocupou a 22ª posição no ranking nacional, apresentando 52,7% de perdas em relação ao total de água distribuída, representando uma das mais altas do país.

O Índice de Atendimento Urbano de Esgoto por Município, com dados relativos ao período de 2014 a 2016, dos municípios e geral do estado, considerando a população urbana atendida, disponível no site da COMPESA, explicita baixa cobertura de rede de esgoto para as áreas urbanas no Estado de Pernambuco, fechando o exercício de 2016 com o percentual de 22,03%. Além disso, nos poucos municípios atendidos, o percentual de atendimento é significativamente baixo, com destaque negativo para Gravatá e Camaragibe, que em 2016 apresentaram respectivamente índice de 2,04% e 1,78%.

Quando se observa o Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios com água, medido pelo Ministério das Cidades, Pernambuco também não apresenta desempenho positivo, ocupando uma preocupante 18ª posição dentre todos os estados brasileiros e Distrito Federal, com o percentual de 19,95% no exercício de 2016.

Por fim, os dados obtidos junto ao Ministério das Cidades apresentam o Índice de tratamento de esgoto, onde Pernambuco aparece em posição de destaque no cenário nacional, com percentual de 99,45%, donde se pode concluir que embora atenda pouco em termos de cobertura de rede de esgoto, vem tratando quase que integralmente esse esgoto coletado.

As questões sociais relativas à segurança pública, à educação e à saúde serão abordadas em capítulos específicos ao longo deste relatório.